

REIS, José Carlos, *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994, 202 pp. ISBN 85-308-0296-9.

A investigação acerca do tempo sempre esteve presente no cenário filosófico. Condição de possibilidade do vivido, o tempo desafia a reflexão pelas dificuldades que oferece a sua apreensão pelo conceito. Para os homens de nossa época, com a consciência cada vez mais viva da velocidade do tempo, a necessidade de refletir sobre as relações entre o tempo e a história se faz cada vez mais presente.

O livro de José Carlos Reis que ora resenhamos é uma contribuição para a discussão sobre as relações entre o tempo e a história. Apoiado em uma farta bibliografia, o autor inicialmente nos apresenta um painel sobre as questões levantadas sobre o tempo em alguns momentos da história da filosofia e, depois, passa a expor sobre a importância do tempo para uma reflexão sobre a história e sobre as dificuldades nascidas desta problemática.

José Carlos nos chama a atenção sobre o fato de que um grande problema enfrentado pelos filósofos foi o de estabelecer o ser do tempo. Quando se enfoca o tempo levando em consideração a alma que o experimenta, lê-se o seu ser como subjetivo, dependente da consciência, e ele é compreendido na perspectiva do conceito de mudança.

Se, ao contrário, o tempo é pensado como exterior à alma, temos então a perspectiva objetivista, o tempo ligado à natureza, e o conceito mais importante para analisá-lo passa a ser o de movimento. A mudança não se liga a idéia de reversibilidade justamente porque algo mudou e não retorna ao ponto inicial. Já no plano do movimento temos o reversível. Desta forma, a reversibilidade estaria do lado da natureza, do objetivo, e o irreversível se situaria na esfera da alma, da consciência. Do ponto de vista de uma discussão sobre o tempo e a história, a questão que se coloca para a tradição filosófica é a de verificar a possibilidade de se encontrar processos reversíveis no que diz respeito à alma e conseguir pensar a mudança na natureza. Antes de voltar a esta questão, José Carlos elenca algumas concepções que se constituíram na história do pensamento tanto no que diz respeito ao tempo como exterior à alma quanto no que se refere ao tempo vivido por ela.

Mas, como nos mostra José Carlos Reis, a reflexão sobre o tempo não pode esquecer a problemática sobre a orientação do seu ser e, tendo isto em vista, tem que considerar a relação entre o tempo e a ação produtora de eventos. Sem se pensar a direção do tempo não seria possível estabelecer uma relação entre os eventos e sua ordem de sucessão. José Carlos nos mostra que, na perspectiva do tempo objetivo, o vivido não é considerado pois toma-se o tempo como forma, medida e sucessão homogênea. Assim, os eventos se orga-

nizam como anteriores, posteriores ou simultâneos.

Muda-se o enfoque acima quando o tempo é pensado na perspectiva da consciência. Nela o tempo perde seu caráter abstrato e passa a ser considerado do ponto de vista do vivido. Desta forma, a sucessão temporal se dá como passado, presente e futuro. Como mostra José Carlos, toda uma tradição filosófica levantou uma série de questões no que diz respeito ao estatuto destes três momentos da sucessão temporal e das relações que estabelecem entre si. José Carlos expõe algumas hipóteses elaboradas sobre estes problemas por autores como Lavelle, Alquié, Ricoeur, etc.

Ao final deste primeiro momento do livro somos apresentados ao tema que nos introduz na discussão sobre as relações entre o tempo e a história. O tema surge no momento em que se pergunta se o tempo da natureza e o tempo da consciência estão radicalmente separados ou se se pode estabelecer relações entre eles. Segundo José Carlos Reis, Paul Ricoeur tenta estabelecer uma ponte entre estes dois conceitos de tempo a partir da concepção de "imitação narrativa". Esta permitiria uma humanização do tempo e se constituiria tanto como história quanto como ficção. Voltado para a história, José Carlos pergunta até que ponto o tempo histórico pode ser pensado como um tempo entre os mundos da consciência e da natureza.

José Carlos escreve que, segundo Paul Ricoeur, além da perspectiva da história conhecimento, pensada a partir da "imitação narrativa", temos também a história vivida entendida como elemento de mediação entre o tempo da natureza e o da consciência. Desta forma, através do calendário, da sucessão de gerações, etc., teríamos a reinscrição do tempo vivido no tempo cosmológico. O calendário, por exemplo, organiza o vivido e o mundo para

os homens. Ele tanto ordena o tempo em termos de presente, passado e futuro, elementos que se referem ao tempo da consciência, quanto estabelece a medida do tempo a partir das unidades dia, mês e ano.

José Carlos também expõe neste livro as hipóteses de R. Koselleck sobre o tempo histórico. Diferentemente de Ricoeur, este autor, sem negar o significado do tempo calendário, não identifica este com o tempo histórico. Koselleck, ao tentar compreender o tempo da história, se pergunta sobre a relação, no presente, do passado com o futuro. Para ele, segundo José Carlos Reis, o passado demarca o campo da experiência e o futuro o da espera e a idéia de temporalização só é possível se se compreende que passado e futuro se remetem um ao outro. O mundo moderno, por exemplo, vivendo um período revolucionário, hipertrofiou o campo da espera e, automaticamente, diminuiu o da experiência, ou seja, a dimensão do novo passou a estar mais presente que a da tradição.

Depois de expor as hipóteses de Ricoeur e Koselleck sobre o tempo histórico, José Carlos apresenta ainda as leituras positivista e historicista sobre esta questão. Ao final da exposição o autor volta à questão que motivou o capítulo: o tempo histórico pode ser pensado como um terceiro tempo entre o tempo da consciência e o da natureza? A resposta é desconcertante. Na verdade José Carlos nos mostra que, em função das várias leituras que podem ser feitas sobre o tempo da história, não é possível estabelecer uma unidade absoluta entre elas. Assim, algumas favorecem mais e outras menos a hipótese do terceiro tempo.

Ainda levando em consideração a questão do terceiro tempo, José Carlos nos apresenta as contribuições de alguns autores (Sorokin e Merton, Nisbet, Godelier, etc.) que refletiram sobre a concepção de tempo social. Do ponto

de vista do tempo social, o tempo calendário não se confunde com o da natureza pois é construído a partir da consciência coletiva. Mas a consciência coletiva se objetiva nas culturas e o tempo calendário se torna um sistema objetivamente dado. Desta forma, pensando do ponto de vista do tempo social, o tempo calendário não se confunde nem com o tempo da consciência e nem com o tempo da natureza. José Carlos apresenta no livro as questões que o tempo social coloca para as ciências sociais e as formas utilizadas por estas para equacioná-las.

Segundo José Carlos, a *Nouvelle Histoire* foi influenciada pelas ciências sociais e, desta forma, adotou um conceito de tempo baseado no conceito da física e da matemática. Quando as ciências sociais absorveram este conceito de tempo, elas tinham como objetivo fazer frente ao conceito teológico-filosófico. Para as ciências sociais, o mundo vivido não é regido por alguma instância metafísica e não há um sujeito universal fazendo a história. A *Nouvelle Histoire* se apropria destas idéias e elabora novos métodos de pesquisa, assim como passa a demarcar novos campos de investigação.

Por fim, na última parte do livro, José Carlos Reis apresenta o problema da evasão do tempo. Esta tentativa de fugir do tempo é mostrada no mito, nos gregos, na religião, etc. No último capítulo do livro são abordadas as estratégias de evasão do tempo no seio da *Nouvelle Histoire*.

João Carlos Lino Gomes

BETTENCOURT DE FARIA, Maria do Carmo, *Aristóteles. A plenitude como horizonte do ser*, São Paulo: Moderna, 1994, 136 pp., Coleção Logos.

As distinções metafísicas entre matéria e forma, potência e ato, que passam todo o pensamento de Aristóteles, dão a compreensão do subtítulo do livro da Professora Maria do Carmo Bittencourt de Faria. O horizonte do ser, isto é, o limite (= horas) a que todo ser tende em sua passagem da matéria à forma, da potência ao ato, traça o caminho de plenitude que ultrapassa a aporia clássica do Uno e do Múltiplo, do movimento e do repouso. A realidade possui um dinamismo que vai além de sua aparência fluida e indefinível, a realidade é devir e não apenas fluir.

As severas críticas dirigidas à metafísica, a partir do século XVI, até a decretação de sua morte, assinalaram, na história do ocidente, a fragmentação do mundo contemporâneo. Neste contexto pluriversal, no entanto, o homem contemporâneo continua a fascinar-se por idéias como "a plenitude concebida como horizonte sempre distante que exerce uma poderosa atração sobre a carência; a vocação de todo ente para uma plenitude; a noção de uma ordem harmônica e de uma 'medida' que, apesar de todos os acidentes, tende a realizar-se... "Temas como a ecologia e a ética, tão atuais, encontram nelas fundamentos poderosos e fecundos" (p. 86).

Assim sendo, este lançamento da coleção Logos justifica-se não só pela importância histórica de Aristóteles, mas também por seu pensamento continuar suscitando inspirações relevantes aos homens e mulheres de nosso tempo. E, embora a melhor forma de se compreender o pensamento de um autor seja freqüentá-lo assídua e demoradamente, uma boa introdução à sua

obra, destacando os problemas que se está enfrentando, as circunstâncias em que surgem e as soluções encontradas, nunca é dispensável quando se está tratando de um dos pilares da razão ocidental. Esta é a função que o livro da Professora Maria do Carmo Bittencourt cumpre com brio.

Precisão, despojamento e clareza caracterizam o estilo em que o livro foi escrito, percorrendo-se em seu itinerário todo o pensamento de Aristóteles, devidamente contextualizado no ambiente sócio-político, cultural e filosófico dos séculos V e IV a. C.. Destaca-se uma antologia, que compõe a segunda parte do livro e permite um contato direto com o pensamento de nosso Filósofo, à medida que se progride na sua compreensão ao longo da primeira parte.

Alvaro Mendonça Pimentel.

GONDIM, Neide, *A Invenção da Amazônia*, São Paulo: Editora Marco Zero, 1994, 277 pp., ISBN 85-279-0169-2

Sem muito alarde foi lançado, em agosto do ano passado, pela Editora Marco Zero, um livro fascinante da professora da Universidade do Amazonas, que enfeixa num texto denso um rico material sobre a Amazônia.

Organizado em forma de capítulos, a *A Invenção da Amazônia* se estrutura em duas grandes partes. Na primeira, reconstrói artesanalmente as origens do imaginário e dos conceitos sobre a Hiléia (pp. 11-138).

Tradicionalmente, antes mesmo de se conhecer o "Novo Mundo", eram comuns relatos de viagens tão fantásticas quanto reais, notadamente na Idade Média. "O imaginário do homem medieval estava povoado, por outro lado, pelas lendas que descreviam o mundo fantástico oriental, retratado nas viagens de Marco Polo (1251-1323), nas Maravilhas de Jehan de Mandeville (1300-1372), na *Imago Mundi* (1410) do cardeal francês Pierre d'Ailly (1350-1420), livro de cabeceira de Cristóbal Colón, nas *Etimologiae* (séc. VII) de Santo Isidoro de Sevilha ou ainda na *Navigatio Sancti Brendani* (séc. X)" (p. 16).

Este rico imaginário povoado por povos e animais estranhos, por Amazonas e ainda por homens gigantes se faz presente, em todas as narrativas do Novo Mundo, a partir da viagem de Colón e da Amazônia, em particular, depois de liberada a navegabilidade do rio pelo governo português.

Assim, o que aconteceu com a Índia misteriosa, que foi construída pela historiografia grego-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes, repete-se com a Amazônia.

"Para o estrangeiro, a Amazônia é a mescla do início e do fim, é o encontro dos opostos. Vem a ser, igualmente, o refúgio da insatisfação do homem diante de seus iguais" (p. 138).

Este mundo Novo, mundo intacto, mundo aquático e verdejante, torna-se rapidamente o centro das atenções, sendo ora entendido numa perspectiva infernista, ora numa perspectiva edênica. Trata-se de uma natureza infernalmente paradisíaca.

Os cronistas viajantes vão esculpindo a imagem dos motivos: gente indolente, com traços animais e marcada pelas terríveis condições climáticas. Tem-se do homem da terra uma visão etnocêntrica que primava no registro das anomalias e monstruosidades corporais.

O choque cultural e a dificuldade de assimilar as diferenças culturais só ajudavam a acentuar a visão etnocêntrica dos viajantes como Wallace, Bates, Spix e Martius, Alexandre Rodrigues Ferreira, para os quais os nativos não só desarmonizavam a ordem social instaurada pelo branco como desnudavam a fragilidade do europeu nos trópicos.

Na segunda parte do livro Neide Gondim vai mostrar através da análise de três romances, *A jangada: 800 léguas pelo Rio Amazonas*, de Jules Verne; *O mundo perdido*, de Conan Doyle e *A árvore que chora*, de Vicki Baum, não só o imaginário sobre a Amazônia de seus autores, como a entrada da Amazônia no circuito internacional (pp. 139-274).

Estes autores "vêm a Amazônia com os olhos do artista, perspectiva que vai se contrapor às percepções sedimentadas pelo dualismo inferno/paraíso, freqüentemente projetadas nas obras teóricas e nas narrativas dos viajantes" (p. 10).

O romance verniano é a crônica de uma morte anunciada, a da floresta, pois a morte das raças guerreiras da Amazônia é o prenúncio da tragédia. O processo colonizador, essencialmente miscegenador, desintegra os valores e a dignidade raciais. "O processo nunca avança, a não ser em detrimento das raças indígenas" (p. 145).

Conan Doyle, em *O mundo perdido*, relata as aventuras de uma expedição científica no Amazonas, cuja finalidade era comprovar ou rejeitar a informação sobre a existência de animais pré-históricos.

O acesso ao "mundo perdido", após ter superado inúmeras provas, possibilitará aos expedicionários reviverem os tempos primitivos da raça humana.

Mesmo distanciando-se em muitos pontos dos cronistas, resgata "a memória dos antigos viajantes e contadores de histórias, ou seja, recupera o 'duplo

fácil' das narrativas exemplares - o conto de fada -, atualizando-o" (p. 210).

Vicki Baum, na *A árvore que chora*, para (re)contar a atormentada história da borracha, constrói uma narrativa entrecortada por várias histórias acontecidas em diferentes tempos e lugares.

Deixando de lado os temas tradicionalmente presentes nos romances sobre a Amazônia, a autora "cede espaço para deixar falar o índio" (p. 237).

Dois são os protagonistas do romance: a borracha e o capital. O capital com sua poderosa presença instaura um dramático processo de metamorfose a nível natural, cultural e pessoal.

O texto de Neide Gondim contém uma crítica diante do esquecimento ao qual foi relegada toda a região, e um convite a olharmos a Amazônia na sua totalidade natural, cultural e étnica. Nela, ainda hoje se esconde parte de nosso futuro como nação desenvolvida integralmente.

Leitura obrigatória para quem cultiva ainda um horizonte utópico.

Enio José da Costa Brito

CONNOR, Steven, *Teoria e Valor Cultural*, São Paulo: Loyola, 1994, 277 pp.

A sociedade contemporânea vive um momento particularmente difícil. Estruturas organizacionais e padrões de comportamento, antes aceitos pacificamente, sofrem questionamentos e experimentam uma mutação.

Os elementos da "Terceira Onda", para assumir um conceito de Alvin Toffler, pervadem todos os setores da sociedade. As mudanças em marcha colocam em xeque a existência e a tematização dos valores. Neste particular, os valores tradicionais são questionados, enquanto que os valores emergentes ainda não entraram no imaginário e no agir quotidiano das pessoas.

Por outro lado, a complexidade moderna está colocando frente a frente os que defendem a absolutidade do valor e os que advogam a sua relatividade. Afinal existem valores absolutos? Ou, ao contrário, todo valor é relativo?

É dentro deste contexto que se insere a obra de Steven Connor sobre teoria e valor cultural.

Connor é especialista em literatura inglesa moderna e diretor do Center for Interdisciplinary Research in Culture and Humanities do Birkbeck College, de Londres. É autor, também, do livro intitulado *Cultura pós-moderna*, publicado em português pelas Edições Loyola.

Na obra em questão, Connor parte da constatação de que "nenhuma discussão séria sobre a questão do valor pode ir muito longe sem deparar com uma forma ou outro de conflito entre valor absoluto e relativo, conflito tradicionalmente polarizado por aqueles que, de um lado, acreditam na necessidade e na possibilidade de normas e valores incondicionais, objetivos e absolutos, e aqueles que, de outro, aceitam a historicidade, a heterogeneidade e a relatividades cultural indomáveis de todos os valores" (p. 11).

Entretanto, esta posição não oferece um quadro comum para as duas alegações, pois cada uma delas tem, como ponto fundamental, o repúdio à outra.

Por isso, a proposta do livro, reconhecida como pretensiosa pelo autor, é tentar pensar o absolutismo e o relativismo juntos e não separados e antagônicos. Entretanto, longe de pro-

por um roteiro conciliatório, Connor sugere que se aceite a "autocontradição radical e o paradoxo invencível do valor" (idem).

Para cumprir este propósito, em primeiro lugar o autor analisa a necessidade do valor que, no seu sentido imperativo, é a orientação irreduzível para o melhor e a repulsa ao pior. Por isso, afirma que "a tese deste livro é a de que 'deveríamos reconhecer que o valor e a valoração são necessários como uma espécie de lei da natureza e da condição humana, mediante a qual não podemos nos recusar a entrar no jogo do valor, mesmo em ocasiões em que gostaríamos de nos firmar a ele ou suspendê-lo" (p. 17). Portanto, esta necessidade é semelhante à necessidade de respirar do que, por exemplo, a de ganhar a vida.

Em seguida, o autor discute o valor do prazer e o prazer do valor. Deste modo procura ver como as tentativas de determinar as condições objetivas e universais do valor estético têm tido íntima relação com a questão do prazer. Na bipolaridade entre prazer e valor, aponta primeiro, a sublimação, quando o valor se impõe ao prazer. Em seguida, analisa o que chama de dessublimação, onde o prazer se opõe ao valor. A reflexão dizendo que "se a estética foi até agora constituída como um mecanismo conceitual destinado a separar prazer e valor um do outro, e a fixar seus valores diferenciais, então é concebível que ela, na forma ampliada de uma política da cultura, ainda possa se tornar um domínio em que possa ocorrer a renegociação prazerosa do valor político do prazer" (p. 63).

Continuando a revisão contemporânea, Connor aborda o que chama de "absoluto absurdo": as economias culturais da perda em Freud, Bataille e Beckett. Aqui, os autores defendem o valor da perda, contra uma economia do lucro e do ganho. O absurdo está em que todas as tentativas de fugir à contingência da troca econômica são vul-

neráveis à recuperação pela lei do valor do lucro. Em Freud, analisa a posição expressa *Além do Princípio do prazer*. Em Bataille, contempla o gasto absoluto, o princípio do valor negativo nas economias da vida e da história. Em Beckett, expõe os problemas conceituais associados com alegações da negatividade absoluta do valor e do valor absoluto da negatividade.

A parada seguinte é a ética do discurso em Habermas, Lyotard e Rorty. Aqui considera uma "dada versão da virada ética, embora ela talvez tenha um status representativo: ou seja, a preocupação com a ética do discurso" (p. 109), fundada na noção de que a linguagem não se limita a representar o mundo, mas o que faz. Deste modo, recomenda começar a re-fazer o mundo.

A relação entre marxismo, estética e valor é abordada na perspectiva de uma inversão da utopia. O marxismo advém e depende de uma teoria do valor econômico. Isso, segundo ele, dificulta à teoria marxista fugir da questão do valor. Entretanto, afirma que "é notável o fato de que a questão do valor como tal, e em particular a das maneiras pelas quais o valor estético é articulado no interior do e em oposição ao valor cultural e econômico de modo mais amplo, não tenha sido, até recentemente, explorada pela teoria cultural marxista" (p. 139). Aqui analisa o pensamento de Eagleton e de Jameson.

O feminismo e o valor é o ponto seguinte da exposição de Connor, pois ele é impensável à parte da questão do valor. Ele envolve um trabalho constante de reavaliação. Depois de repassar as principais teorias do assunto, conclui que parece haver no feminismo, nas suas diversas vertentes, um crescente imperativo não só de abrir um espaço para as mulheres na produção do valor, como também de abrir o próprio campo do valor a novas formas de troca e de produção em geral.

A ética sem *ethos*, de Levinas, Derrida e Joyce, é abordada em seguida. Aqui delinea a teoria da desconstrução. Levinas apresenta a ética contra a ética. Joyce, em *Ulisses*, insiste na importância das questões do direito e da responsabilidade, do valor e das prescrições. Derrida, por sua vez, realiza uma crítica ao pensamento de Levinas.

O ponto final desta trajetória é a escritura do outro, indo além do valor cultural. Aqui aparece o problema da tradução e a sua possibilidade hoje. Os pensadores contemplados são Clifford Geertz — que está atento às formas e à força da significação cultural, aproximando-se de uma estetização da vida cultural e dos procedimentos usados para interpretá-la — e James Clifford — que analisa de maneira mais persuasiva e influente a negociação do valor cultural nas condições do intercâmbio cultural.

Connor termina a obra afirmando: "A vivida condição que tentei repetidamente evocar aqui, e que o nosso mundo tem de continuar a encontrar e explorar, é que o valor nunca pode estar sob o total controle da teoria, visto que isso seria sempre destruir ilegitimamente a excitação inerente ao jogo de esconde-esconde; mesmo que, mais do nunca, a vocação da teoria tenha de ser resistir ao esvaziamento do valor, tenha de ser, na realidade, instituir e ocupar de maneira permanente as instâncias de sua passagem" (p. 259).

A obra de Steven Connor, deste modo, traz uma interessante discussão sobre o problema do valor na sociedade contemporânea. Mais pertinente se mostra quando, neste final do século XX, assistimos à derrocada de velhos regimes e à aparente vitória de um sistema neo-liberal que afirma, sobre tudo e todos, a primazia do lucro e do ganho, criando vastas áreas de exclusão no planeta.

Importante a obra, há de se lamentar os descuidos de tradução e revisão. Em muitos momentos aparecem erros de revisão. Por exemplo, nas páginas: 11, 12, 24, 53, 56, 96, etc...

Noutros, o texto é confuso, demonstrando pouca clareza na tradução. Por exemplo, nas páginas: 23, 25, 35, 117, 121, etc... A esse respeito, é digno de nota o verbo utilizado na página 121, onde aparece a seguinte formulação: "essa norma *uiue* pedindo reconhecimento..." "Ora, o contexto parece exigir o verbo clamar, em lugar do verbo *ui-*var..."

Os exemplos poderiam se suceder à saciedade.

Outro ponto a lamentar na obra, muito embora não seja culpa nem da editora nem dos tradutores, é o sistema de citação utilizado pelo autor. Há uma mistura de citações dentro do texto, a partir de abreviações das obras, e de citações ao pé da página | indicando qual seria a opção por uma das alternativas até o fim da obra.

Entretanto, apesar destes problemas, que dificultam a leitura e, algumas vezes, a compreensão do texto, esta obra é de grande valia para todos aqueles que pretendem se debruçar sobre a situação atual, com questionamentos postos pela chamada "era pós-moderna".

O livro é indicado tanto para os cursos de filosofia, quanto sociologia e comunicação social. Principalmente para os programas de pós-graduação nestas áreas.

Pedro Gilberto Gomes

SFEZ, Lucien, *Crítica da Comunicação*, São Paulo: Edições Loyola, 2^a 1994, 399 pp.. Tradução de M. S. Gonçalves e A. U. Sobral.

O original francês desta obra de Lucien Sfez, professor de ciência política na Universidade de Paris I Pantheon - Sorbone, intitula-se *Critique de la communication* (Paris: Editions de Seuil, 1992). Sfez é autor de obras como *Critique de la decision* e de *L'enfer et le paradis, critique de la théologie politique*, além disso, é autor do *Dictionnaire critique de la communication* (Paris: Presses Universitaires de France, 1993, 2 vol.).

Crítica da comunicação, em sua segunda edição, apresenta-se em três partes principais: o fim da comunicação; os fundamentos do tautismo; o futuro de uma ilusão. Há, ainda, uma retomada final a qual se chama de *Fim: de Moisés a Aarão*, onde, com referência a um episódio de sua própria experiência, em Berkeley, fecha o círculo do livro, resumindo, no último parágrafo, seu posicionamento frente a um Frankenstein tecnológico e venenoso da comunicação. Afirma que o "veneno que nos é transmitido só encontra obstáculos nas nossas tradições, nos nossos localismos, nos nossos corporativismos, nos nossos provincialismos. E é por isso que o debate assume entre nós a inflexão específica de arcaísmo contra modernidade. Todos quanto recusam o maniqueísmo reductor só têm, a partir disso, uma única opção. Contra a comunicação tecnológica, artificiosa, transacional e sem rosto, só resta a interpretação" (p. 335).

Em relação à primeira edição, o autor comenta as modificações realizadas aqui: acréscimo de 30% quanto ao número de páginas; atualização de co-

mentários e de bibliografia; inclusão de novos tópicos ou seções referentes ao surgimento, ou relevância, de novos campos de conhecimento. O que ele chama de "a ciência de Frankenstein ou ciência cognitiva". Há um exemplo de uma dessas novas frentes da comunicação. O objetivo das modificações e acréscimos é de, segundo Sfez, procurar "ser útil, o mais documentado que me for possível, de forma a satisfazer todos os legítimos anseios de conhecimento e de curiosidade" (p. 9).

A obra apresenta, além de suas três partes fundamentais e de seu "fim", quinze páginas de anexos com textos de autores como W. Ehrard, H. A. Simon e J. L. Le Moigne cujos teores podem apoiar e /ou questionar algumas ponderações de Sfez em relação às idéias de, principalmente, H. A. Simon e ao que nosso autor chama de 'positivismo simoniano'. Além disso, a leitura destes Anexos esclarece conceitos que perpassam a obra, tais como: 'sujeito' e 'objeto da comunicação', 'símbolo', 'signo' e 'simbolização', 'produto' e 'processo de decisão' entre outros.

Sfez traça, já no prefácio, a direção do livro em busca de repostas a duas questões básicas: Qual a eficácia da comunicação real na vida da sociedade atual? Até que ponto somos testemunhas tardias das ruínas e escombros da revolução tecnológica? Para fazer sua crítica, analisa, então, a comunicação a partir de três pontos de vista. Encara o prático e o ideológico, o epistemológico (o tecnológico e as tecnologias do espírito) e o simbólico (as fronteiras do tautismo, isto é, a comunicação com a repetição no silêncio de um sujeito encerrado em si mesmo), dentro do paradoxo dos instrumentos empregados, os quais, ao mesmo tempo em que tornam possível a comunicação, a fragilizam.

A Crítica é, assim, voltada à *tecnocomunicação*, cujo objetivo é de agregar uma "sociedade estilhaçada" (p.22).

Este juntar os pedaços ou alicerçar esses escombros vai se dar através de atos de comunicação, responsáveis pela ligação entre os "membros da sociedade civil entre si" e podem se dirigir "a um acordo ou a um sucesso" (p. 108). A fim de 1) representar, mais claramente, a crise de "relação formalizável entre o horizonte vivido e tudo o que ele comporta de fluido, de incerto, de mutável e de estável ao mesmo tempo, e uma estrutura institucional regulamentada" e 2) de enfatizar a questão sobre "os modos de passagem entre essas duas instâncias pelas quais uma sociedade pode pretender se identificar" (p. 109), o autor utiliza metáforas e visões de mundo. As metáforas, "ilhas do imaginário" (p. 26), são, por exemplo, a do pensamento como processo de informação e a de cérebro como computador (objeto pensante); as visões de mundo englobam, entre outras, a do homem que emprega a técnica, mas não se submete a ela (p. 29), e aquela na qual o homem é sujeito separado da máquina —seu objeto— que ele utiliza e sobre a qual exerce controle. Entretanto, é justamente através desta técnica a serviço dos meios de comunicação institucionalizados e que se pretende auto-simbolizadora (p. 115), substituindo os "modos de acordo tradicionais", isto é, a linguagem cotidiana e as culturas subjacentes às quais esta linguagem recorre" (p. 109), que o homem existe em um mundo onde a metáfora é o Frankenstein e o conceito correspondente é o tautismo (p. 32) . Ao redor dessa metáfora do modelo Frankenstein, circulam outros conceitos-chave, como criação, imaginação, novidade, metamorfose, vontade, visão, auto-referência e simulacro (p. 33).

Na primeira e na segunda parte da Crítica, Sfez discute a convergência Frankenstein-tautismo e trata do fim daquela comunicação que é fruto de acordos entre as pessoas para a interação e comunhão, através de meios fundamen-

tados em sua linguagem diária e cultura. Mostra, aí, "a bola de bilhar em delírio", ou as derrapagens da máquina de representar, e seus "bons doutores" — "os teóricos da inteligência bem artificial" (p. 130) — tentando driblar "o efeito fulminante da ideologia representativa: seu retorno-bumerangue sobre as práticas humanas", uma vez que "ela impede à criação de verdadeiros sistemas especializados humanos, frios como a máquina, e fora de toda a máquina" (p. 160). Contudo, é na terceira parte que reforça ainda mais o perigo da *tecnocomunicação* e do segundo eu — o-creatura-, habitante de um computador vivo: o Frankenstein, dotado de ubiqüidade" e o "tautismo religioso da ciência cognitiva" (p. 244). Aponta para "os criadores do vazio", "encontrados no poder econômico, do domínio político, nos sistemas de jogo e simulação", formando um bloco de poderes contra o qual "só há uma arma: a interpretação do bom senso comum" (p. 310). Aarão e Moisés, nomes que titulam a conclusão do livro, representam "o es-

crito, o silêncio e a imagem em coexistência" e, talvez, a distância — intenç(ões)ão — que possibilita a linguagem e a comunicação.

Lucien Sfez, aqui, apresenta o quadro da comunicação nesse final de século e projeta-o para anos futuros, voltando às teorias passadas e apresentado as derrapagens e desvios de rota que "a bola de bilhar em delírio" e o "Frankenstein da ciência cognitiva" trazem, ou trarão, para a interação em atos comunicativos nas sociedades humanas. A leitura da obra justifica-se por, no mínimo, duas vezes: atualiza os conhecimentos do leitor sobre os "bons doutores" de Palo Alto e do MIT e, ao mesmo tempo, faz uma crítica dos progressos na área da inteligência **bem** artificial, em função de danos e ruídos que, com sua tecnologia institucionalizada e fanática, poderão acarretar à comunicação e à vida humana entre as sociedades do mundo.

Marli M. Moreira